

VÍTIMAS, AGRESSORES E PROCESSOS INTERVENTIVOS: ANÁLISE DE ARTIGOS, ENTRE 2004-2018

SOUSA, Junior Araujo^{1}*

Resumo: A discussão sobre os impactos na vida das vítimas decorrentes de agressão constitui um problema de saúde pública e um importante espaço para discussão na saúde coletiva, principalmente em programas de intervenção. Trata-se de uma revisão da literatura, entre 2004 e 2018, utilizando o banco de dados da SCIELO, com os descritores agressor, agressores, intervenção em agressor/agressores, perfazendo um total de 189 de 386 artigos, selecionados em português, espanhol e inglês. Destacou-se que 78,22% da autoria é do sexo feminino e a maioria dos estudos são pesquisa de campo (61,38%), quantitativos (72,53%) com ênfase na descrição dos resultados (73,02%) com foco em pesquisas com violência doméstica ou bullying. Contudo, sobre as intervenções, foi encontrada baixa prevalência entre as publicações analisadas.

Palavras-chave: Banco de dados; Estudos de Intervenção; Violência.

Abstract: The discussion on the impacts on the lives of victims of aggression is a public health problem and an important space for discussion in collective health, especially in intervention programs. It is a review of the literature, between 2004 and 2018, using the SCIELO database, with the descriptors aggressor, aggressors, intervention in aggressor/aggressors, making a total of 189 out of 386 articles, selected in Portuguese, Spanish and English. It was highlighted that 78,22% of the authors are female and the majority of the studies are research field (61,38%), quantitative (73,02%), with an emphasis on the description of results (51,65%) with focus on surveys of domestic violence or bullying. However, a low prevalence was found among the interventions analyzed.

Key-words: Database; Intervention Studies; Violence

Introdução

A relação de poder entre o agressor e a vulnerabilidade da vítima para praticá-la, abusando, se apoderando do corpo feminino como espaço público, caracterizando como

¹ Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Mestre em Biotecnologia pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, Biomédico pela Universidade Paulista – UNIP e 2º Secretário na Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos, São Paulo, Brasil. E-mail: juniordu@uol.com.br.

* Linha de pesquisa: Grupo de estudos Interdisciplinar sobre Saúde e Sexualidade na perspectiva do quadro da Vulnerabilidade e dos Direitos Humanos (GEISPEQ).

parte do território que o agressor controla e mostra que tem força, descreve Abramo (2010) e Angélico *et al.*, (2014), diz que existe uma relação de poder

Assim, os tipos de agressões implicam em condutas ou comportamentos de dano, menosprezo, de desdém, de ataque à integralidade física, social, simbólica que possuem uma grande conectividade com o tempo de vínculo com o agressor, se tornando até um obstáculo para revelações ou denúncias da agressividade, chegando a casos de a família intervir (OLIVEIRA *et al.*, 2014; SALLES, 2014).

Nesse patamar discursivo Angélico *et al.*(2014) menciona que com a agressão e os abusos, o espaço corpo da mulher se converte em um canal de comunicação em dois sentidos: como forma de disciplina e produção do processo de masculinidade.

Agora, falar de agressores, não gira somente no agredir e sim de fatores culturais e sociais, que são construídos pela sociedade, esse ponto é destacado por Levandoski; Cardoso (2013), que em sua pesquisa identificou que os agressores, conforme a visão dos colegas seriam os mais fortes fisicamente, devido às atividades esportivas, como também faziam mais sucesso com o sexo oposto, conseqüentemente teriam tido mais experiências amorosas.

Indo um pouco além, Oliveira; Gomes (2011) explicam a dualidade entre homens no geral (não identificados como violentos) e agressores, já que no primeiro grupo a violência é tida como condenável, enquanto que homens agressores podem ver como normal, ato educativo, modo de ser.

Infelizmente, não existe um modelo pronto e acabado capaz de resolver o problema da violência, contudo são necessárias ações conjuntas do governo e da sociedade, por meio da colaboração para encontrar caminhos e soluções (MAIA; BARRETO, 2012).

Que inclusive, pela iniciativa da sociedade e do governo foi sancionada a Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como a “lei Maria da Penha”, que procurou prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (BRASIL, 2006).

Sem sombra de dúvida, a iniciativa da política pública da Lei Maria da Penha contribui para que as mulheres sobrepujem o estigma da violência sofrida, já que os agressores são pessoas próximas, geralmente o marido, ex-namorados, atuais parceiros ou mesmos amigos (MOREIRA *et al.*, 2011; PENHA *et al.*, 2012).

Já em relação a violência (Física ou Sexual) contra crianças e adolescente se destaca o núcleo familiar (pai, mãe, familiares, padrasto) ou conhecidos fora da família com livre acesso ao interior da casa (GUIMARÃES; VILLELA, 2011). Nessa linha de raciocínio, Oliveira (2011), explica que a literatura aponta que o uso da força física como meio de educar, de resolução de problemas é um mecanismo de relação de poder e subordinação que ocorre no interior das famílias, se tratando como uma questão cultural.

E se isso não fosse tudo, a pesquisa de Acosta; Gomes; Barlem (2013) comenta que além da vitimização da mulher pelo parceiro, existe a ineficácia da lei, que não consegue fazer cumprir as medidas protetivas de urgência determinadas, originando uma nova forma de violência, o descumprimento de ordem judicial.

Quando acontece a devida punição, a literatura existente informa relatos da concessão de liberdade provisória, pagamento de fiança, como também não pagamento, ausência de dados sobre a punição do agressor nos processos, mesmo assim, torna-se necessário disseminar informações sobre atitudes a serem adotadas pelas mulheres agredidas e incentiva-las a instaurarem os inquéritos legais/policiais para punição dos culpados (MADUREIRA *et al.*, 2014; MONTEIRO *et al.*, 2006).

Apesar da mãe/esposa ser uma das fontes de denúncias ainda acontece a sua omissão na tentativa de manter a representação social da família, evitando desenlaces, já que reconhecer o incesto pelo pai ou companheiro é reconhecer o fracasso no papel de esposa e mãe, importante elemento protetor da família (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

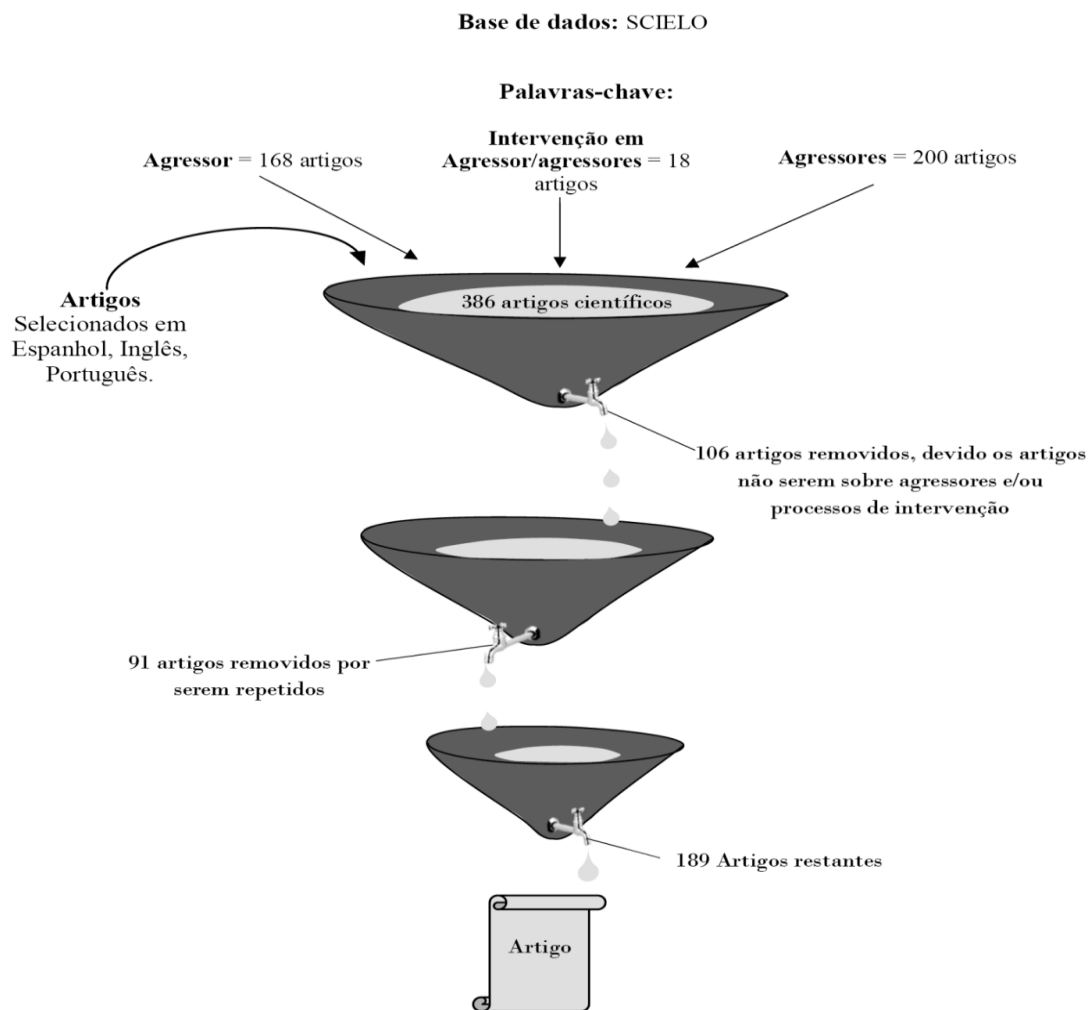
Por isso, tal fato evidencia que, muitas vezes, ao denunciar o agressor, a vítima não busca puni-lo, mas deseja apoio para resgatar sua relação familiar em um convívio sem violência (MADUREIRA *et al.*, 2014), nessa tonalidade, Viodres Inoue; Ristum (2008), informam da necessidade de soluções para o enfrentamento da violência abusiva, promovendo oportunidades de relacionamento com o grupo vítima e agressores, assim, futuramente, uma nova reintegração social.

Assim, o objetivo desse artigo é analisar os artigos publicados na temática de agressores e identificar quais os programas de intervenções propostos pelos pesquisadores, que visam diminuir os atos de violência.

Método

Foi realizada uma revisão da literatura, por meio da base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), entre 2004 até 18 de abril de 2018, utilizando como descritores: “agressor”, “agressores” e “intervenção em agressor/agressores” para seleção, maiores informações do processo metodológico na figura 1, todos disponíveis na integra (PDF).

Figura 1: Seleção dos artigos científicos no banco de dados.



Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação às análises realizadas pelo artigo aconteceram as descrições de autoria, fonte dos dados, compreendido por banco de dados e revisão da literatura (dados secundários) e pesquisa de campo (dados primários), além do método utilizado e como foram feitas as análises dos respectivos resultados, sendo descritivo (abordando apenas

frequência e porcentagem dos achados), analítico (realizado algum teste estatístico) e categórico (uso de metodologia para análise de discurso).

No levantamento e apresentação dos dados foi utilizado o software STATA 14.0® (*Statistics Data Analysis*, versão 14.0).

Resultados

Os dados demonstram que 95 (50,26%) da responsabilidade autoral das publicações na temática de agressores e processos de intervenção são do sexo feminino, embora exista uma proximidade de parceria de ambos os sexos com 86 (45,50%). Contudo ao quantificar por número de autores por publicação, identificou-se que 546 (78,22%) são do sexo feminino, tendo maior prevalência artigos confeccionados em dupla 50 (26,46%).

Ao se questionar sobre as principais fontes de dados destacou-se que 116 (61,38%) da amostra são dados provenientes de pesquisas de campo, seguido por análise de banco de dados com 56 (29,63%), tendo como principal abordagem metodológica o quantitativo em 138 (73,02%). Acrescentando que 95 (50,26%) dos estudos publicados estão centralizados na descrição dos resultados (tabela 1).

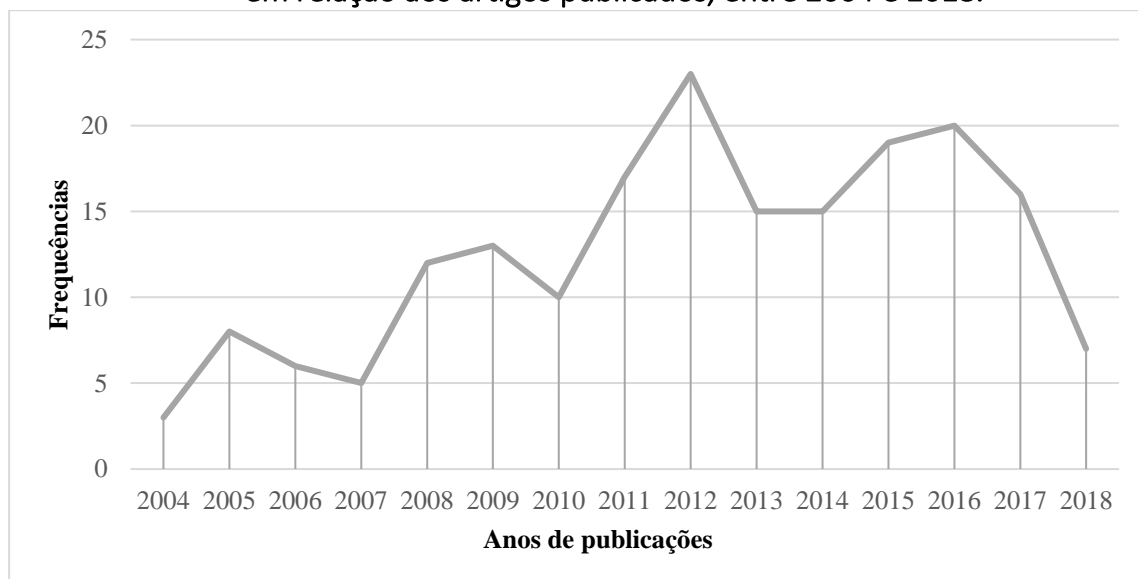
Tabela 1. Frequências absolutas e relativas das características dos artigos sobre agressores (2004-2018).

Características do estudo (n=189)	n	%
Sexo - Autoria		
Ambos	86	45,50
Somente Feminino	95	50,26
Somente Masculino	8	4,23
Número de autores por publicação (n=189)		
1	14	7,69
2	50	26,46
3	33	17,46
4	27	14,29
5	28	14,81
6	27	14,29
7	8	4,23
8	1	0,53
11	1	0,53
Número de autores por sexo de nascimento (n=698)		
Feminino	546	78,22
Masculino	152	21,77
Fonte dos dados (n=189)		
Banco de Dados	56	29,63

Pesquisa de Campo	116	61,38
Revisão Bibliográfica	17	8,99
Método (n=189)		
Qualitativo	51	26,98
Quantitativo	138	73,02
Exame dos resultados (n=189)		
Analítico	43	22,75
Catagórico	51	26,98
Descritivo	95	50,26

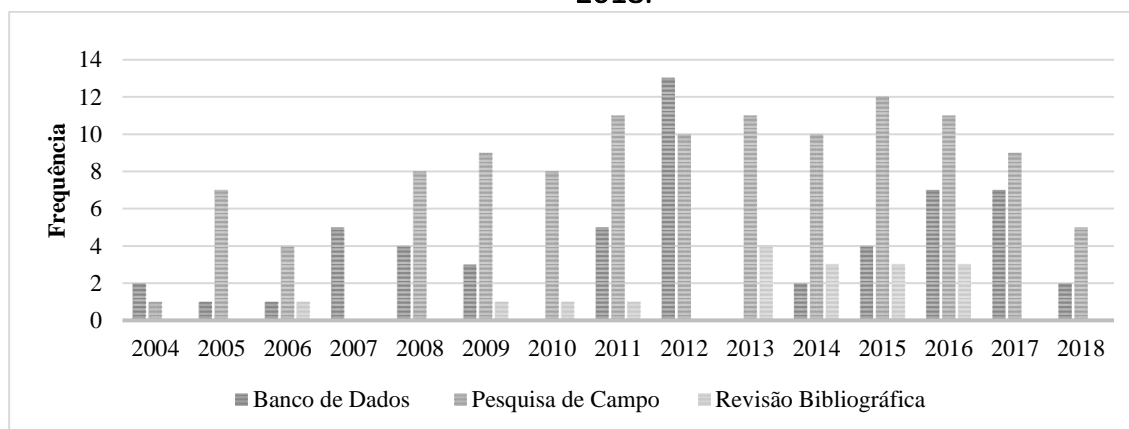
No Gráfico 1 observa-se um crescimento do número de publicações durante os anos estudados, tendo maior destaque o ano de 2012 e 2016, tendo queda nos anos subsequentes na temática de agressores.

Gráfico 1: Distribuição temporal da frequência relativa de publicação sobre agressores em relação aos artigos publicados, entre 2004 e 2018.



Em relação a fonte de informação utilizada nos artigos observou-se no gráfico 2 a alta prevalência de pesquisa de campo em todos os anos estudados (2004-2018), com menores prevalências o uso de dados secundários. Observa-se que no ano de 2012 foi maior o uso de banco de dados na temática de agressores. Em contrapartida, as revisões da literatura sobre o assunto aparecem ocasionalmente durante os anos. Podendo inferir da necessidade desse tipo de estudo.

Gráfico 2: Distribuição das fontes de dados de pesquisas com agressores, entre 2004 e 2018.



O estudo identificou que 91 (48,15%) das vítimas são do sexo feminino e somente 3 (1,59 %) faziam referência ao sexo masculino como vítima. Enquanto a violência ao sexo feminino era sobre violência sofrida por parceiro íntimo e intrafamiliar. O sexo masculino foi exclusivamente por violência sexual por conhecidos. Quando realizado o cruzamento do sexo de nascimento e a variável idade na amostra, obteve-se o dado que a idade mínima foi de 0 anos e máxima de 80 anos.

Em relação ao agressor o sexo masculino representou 90 (47,62%) dos achados. Já o sexo feminino como agressora representou 5 (2,65%). Quando realizado o cruzamento, entre as variáveis mencionadas foi encontrado a idade mínima de 09 anos e máxima de 85 anos.

Em relação aos focos abordados nas publicações analisadas, a tabela 2 demonstra 2 linhas de pesquisa principais com 94 (49,74%) para as vítimas e 83 (43,92%) aos agressores. Enquanto que propostas de intervenções representaram juntas 10 (5,29%) da amostra.

Tabela 2: Frequências absolutas e relativas sobre o foco dos estudos com agressores, entre 2004 e 2018.

Foco das publicações (n=189)	n	%
Desistir da denúncia do agressor	1	0,53
Foco na vítima	94	49,74
Foco no Agressor	83	43,92
Punição do Agressor	1	0,53
Programa de intervenção em <i>Bullying</i>	2	1,06
Programa de intervenção em violência doméstica	8	4,23

Na tabela 3, destaca-se a Psicologia 52 (27,51%), com a maior adesão de estudos publicados na temática de agressores, seguido pela Enfermagem 47 (24,87%), Saúde Coletiva (15,34%), entre outros resultados.

Tabela 3: Frequências absolutas e relativas sobre as áreas de conhecimento, entre 2004 e 2018.

Áreas de conhecimento (n=189)	n	%
Ciências Sociais	9	4,76
Educação	5	2,65
Enfermagem	47	24,87
Epidemiologia	3	1,59
Medicina	21	11,11
Psicologia	52	27,51
Saúde Coletiva	29	15,34
Saúde Pública	23	12,17

Outro assunto de destaque e intrigante encontrado durante as análises dos 189 artigos, que não foi observado o uso da categoria gênero (masculino e feminino), somente o uso do termo sexo de nascimento.

Por último, os resultados dos programas de intervenções foram separados em duas categorias, direcionados para o *bullying* (2 programas) e para violência doméstica (7 programas). (Quadro 1).

Quadro 1: Programas de intervenções com agressores, entre 2004 a 2018.

Assunto	Programa de Intervenção
<i>Bullying</i>	Criação de espaço personalizado para alunos que foram vítimas ou são agressores com auxílio de uma Psicóloga
	Oficina de formação para professores sobre o bullying com foco na dinâmica preventiva e interventiva.
Violência Doméstica	Grupos de reflexão para os homens autores de violência doméstica
	Monitoramento de agressores que passaram por programas de intervenção
	Psicoterapia de apoio com terapia cognitiva
	Programa com base na sentença da justiça criminal.
	Programas de mediação familiar e comunitário
	Programa de reeducação com agressores conjugais
	Programa para redução do consumo de bebida alcoólica
Programa de Terapia hormonal, conhecida como “castração química”, no caso de agressores sexuais	

Fonte: Adaptado de Cunha; Gonçalves (2014), Cortez et al., (2005), Duque; Montoya; Restrepo (2013), Fonseca (2009); Hachet (2005), Junior; Borges; Santos (2015); Macedo et al., (2014), Mendes (2011), Moraes; Ribeiro (2012), Oliveira; Gomes (2011).

Discussão

A ausência do uso da categoria de “gênero”, entre os artigos analisados, Araújo; Schraiber; Cohen (2011) explicam que embora o termo seja importante, o mesmo é trabalhado de modo pouco preciso metodologicamente, representados pelos 25,1% dos estudos analisados que reduzem gênero a sexo de nascimento.

Outros autores relatam que o uso no Brasil se iniciou em 1990 e leva um tempo para a completa apropriação do termo no meio científico, demarcando a passagem dos “estudos da mulher” para os “de gênero” (COSTA, 2004; COSTA, BRUSCHINI, 1992).

Butler (2003) conceitua o “gênero” como uma construção social, no qual um corpo masculino pode com igual facilidade significar um corpo feminino e vice-versa. Scott (1995, p.74-75) diz que o gênero se associa com as mulheres e aos homens, que um implica no estudo do outro, tendo caráter analítico, de relações de poder e de questões estruturais, demonstrando os significados construídos e hierarquizados valorizados socialmente.

Assim, a alta prevalência de 78, 22% para autoria no sexo feminino, em comparativo ao masculino. Schraiber *et al.*(2016) identificaram a predominância de autoras mulheres em assuntos de violência e crescimento de produção acadêmica de 1967 até 2015 na temática. Waiselfisz (2015) diz que entre 60 a 70% de mulheres assassinadas foram mortas unicamente por serem mulheres.

Essa questão traz consigo a reflexão da naturalização e aceitação do processo de violência, que ainda se sustenta no modelo do patriarcado, igual identificado pelo estudo na Tailândia com mulheres (THONGPRIWAN; MCELMURRY, 2009). Que a violência psicológica sofrida por mulheres tem tendência a ser tolerada, igual menciona o estudo de Richmond; Peterson, Betts (2008).

Enquanto na tipificação dos fatos relacionados aos homens relatam-se mais conflitos na rua, brigas, assaltos; para as mulheres são mortes em decorrência de violências íntimas por homens e mulheres (MENEZES; HIRAKATA, 2011). Fato diagnosticado pelo mapa da violência retratado por Waiselfisz (2016, p.46), que existe uma homogeneidade entre os estados e regiões do Brasil, oscilando de 91% até 96% de mortes por armas de fogo no sexo masculino. Assim, nesse contexto destacam-se mais as áreas de conhecimento da Psicologia, Enfermagem e Medicina, conforme enunciado por Oliveira *et al.* (2016). Ambas situações também encontradas nos resultados.

Demonstrando que os espaços públicos compreendidos por ruas e bares estão mais associados com os agressores e vítimas do sexo masculino; o lar se associa com a maior ocorrência contra o sexo feminino (SOUZA, 2005). Que acontece abrangendo vários perfis de mulheres, independente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, condição social, mas prevalecendo as com baixa escolaridade no Brasil (MADUREIRA *et al.*, 2014; SOUSA *et al.*, 2013).

Sendo desde empurrões, espancamentos, queimaduras, uso de armas, na violência sexual, são obrigadas ou ameaçadas a ter relação sexual contra sua vontade, bem como há imposição da prática de sexo anal ou oral sem o uso de camisinha e violência psicológica, são vítimas de ameaças, humilhações e insultos (PENHA *et al.*, 2012; SCHRAIBER, 2012; SILVA *et al.*, 2012).

Os dados apresentados demonstraram até então que existem diferenciações no relato científico em ser vítima ou agressor, gênero e por assunto, igual o retrato no caso de *bullying* em que os agressores caracterizam como uma “prática engraçada” e quem testemunhou, não faz nada por temer ser a próxima vítima destaca Fonseca *et al.*, (2017).

Enquanto a violência doméstica está associada com a masculinidade, dominação e imposição do comportamento feminino, destaca Mandebaum; Schraiber; D’Oliveira (2016).

Em relação aos processos interventivos que foram poucos identificados na pesquisa é necessário discutir que a intervenção reduz índices de violência por parceiro (a) íntimo (a) enfatiza Avery-leaf *et al.*, (1998), também são efetivas tanto para homens, como para as mulheres, menciona Foshee *et al.*, (2005).

Que auxilia no processo psicoterapêutico de agressores sexuais, em virtude que mesmo com a castração química, não inibem as fantasias subjacentes do ato sexual não permitido (HACHET, 2005; OLIVEIRA; GOMES, 2011).

Nas situações de *bullying* tem demonstrado que reduz significativamente as atitudes do tipo não fazer nada, perante um ato de agressão com alguém, salienta Mendes (2011). Já Taylor *et al.*, (2013) confirma esses achados e sua efetividade. Miller *et al.*, (2013) enfatiza que sessões de 15 minutos foram satisfatórios para redução da perpetração e tolerância da violência, entre adolescentes.

Da importância de existir programas de intervenção, já que Fonseca *et al.*, (2009), identifica que 10,9% dos agressores procuraram auxílio para tentar reduzir ou parar o consumo de álcool. Além do correto preenchimento das informações nos sistemas de notificação, que permitem traçar características e tendências que possam ser convertidas em estratégias de intervenção, destaca Oliveira *et al.*, (2014). Fato importantíssimo, já que o uso de dados secundários foi segunda fonte de maior acesso utilizada por pesquisadores na temática.

Mesmo com tudo isso, os resultados da revisão demonstraram uma baixa adesão de estudos dos processos de intervenções, entre os 189 artigos analisados, que foram situados em casos de violência domésticas e práticas de bullying.

Porém, em outros contextos, vários autores mencionam que esses tipos de estratégias estão mais associados as questões de segurança pública e assistência social, orientados para controlar os casos não aceitáveis socialmente, como em comportamento de risco, exemplo: uso de drogas, agressão e criminalidade (COSTA; MELLO, 2012; DUQUE; MONTOYA; RESTREPO, 2013; GALVÃO; ANDRADE, 2004).

Finaliza Murta *et al.*, (2013) e Santos; More (2011), que as mulheres não devem tolerar os períodos de agressões na expectativa que os modelos de intervenção alterem de imediato o comportamento violento do agressor

Conclusão

Este artigo demonstrou que nos assuntos sobre as agressões e seus efeitos na vida cotidiana das pessoas, o gênero feminino foi o mais acometido, como também teve o maior acolhimento de mulheres pesquisadoras.

Acontecendo diferenciações no foco dos estudos, conforme o tema, igual, dito, nos casos de violência doméstica, os estudos estão mais focados no agressor, enquanto que nos casos de bullying tanto a vítima, quanto o agressor.

Outras temáticas apareceram de forma discreta nos resultados, exemplificando, a punição do agressor e a desistência da denúncia por parte da vítima.

Em relação aos processos interventivos, eles apareceram de forma também tímida nos achados do artigo, sendo inclusive uma reflexão para várias áreas do conhecimento, já que muito se discute sobre a violência e todo o seu processo, enquanto que alternativas para mudar essa realidade ainda precisam ser melhores discutidas e implantadas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 0012.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Fundação Perseu. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2010.

ACOSTA, D.F.; GOMES, V.L.O.; BARLEM, E.L.D. **Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher**. Acta paul. enferm. [online], vol.26, n.6, pp. 547-55, 2013.

ANGELICO, R. et al. **El feminicidio y la violencia de género en la prensa argentina: un análisis de voces, relatos y actores**. univ.humanist. [online], n.78, pp. 281-303, 2014.

AVERY-LEAF, S. et al. **Efficacy of a dating violence prevention program on attitudes justifying aggression**. J Adolesc Health, vol.21, n.1, p.11-7, 1997.

ARAÚJO, M.F.; SCHRAIBER, L.B.; COHEN, D.D. **Penetration of the gender perspective and critical analysis on the development of this concept within scientific production on public health**. Interface - Comunic., Saude, Educ., vol.15, n.38, pp.805-818, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 08 ago 2006.

CORTEZ, M.B. et al. **Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais**. Estud. psicol. (Campinas) [online], vol.22, n.1, pp. 13-21, 2005.

² Agradecimentos, conforme a portaria da CAPES de nº206, de 4 de setembro de 2018.

COSTA, A.O. **Revista Estudos Feministas**: primeira fase, locação Rio de Janeiro. Rev.Estud. Fem., v.12, n.esp., p.205-10, 2004.

COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, C.d.S.; MELLO, M.F. de. **Indicadores comportamentais de propensão ao homicídio em agressores sexuais**. J. bras. psiquiatr. [online], vol.61, n.1, pp. 33-38, 2012.

CUNHA, O.; GONCALVES, R.A. **Uma revisão das práticas atuais na intervenção com agressores conjugais**. Rev. psiquiatr. clín. [online], vol.41, n.2, pp. 40-48, 2014.

DUQUE, L.F.; MONTOYA, N.E.; RESTREPO, A. **Aggressors and resilient youths in Medellin, Colombia: the need for a paradigm shift in order to overcome violence**. Cad. Saúde Pública [online], vol.29, n.11, pp. 2208-2216, 2013.

FONSECA, K.B.C.et al. **Incidência do Bullying nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis**. Psicol. Esc. Educ., Maringá, vol. 21, n. 1, p. 79-92, 2017.

FONSECA, A.M. et al. **Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil**. Rev. Saúde Pública [online], vol.43, n.5, pp. 743-749, 2009.

FOSHEE, V.A. et al. **Assessing the effects of the dating violence prevention program "safe dates" using random coeficiente regression modeling**. Prev Sci, vol.6, n.3, p. 245-58, 2005.

GALVAO, E.F.; ANDRADE, S.M.de. **Violência contra a mulher**: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. Saude soc. [online], vol.13, n.2, pp. 89-99, 2004.

GUIMARAES, J.A.T.L.; VILLELA, W.V. **Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil**. Cad. Saúde Pública [online], vol.27, n.8, pp. 1647-1653, 2011.

HACHET, A. **Agressores sexuais**: é possível um tratamento psicanalítico sob prescrição judicial?. Ágora (Rio J.) [online], vol.8, n.1, pp. 47-62, 2005.

JUNIOR, A.A.P.; BORGES, V.C.; SANTOS, J.G. **Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.** Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, vol.23, n.2, p.124-13, 2015.

LEVANDOSKI, G.; CARDOSO, F.L. **Imagem corporal e status social de estudantes brasileiros envolvidos em bullying.** Rev. latinoam. psicol. [online], vol.45, n.1, pp. 135-145, 2013.

MACEDO, E. et al. **Bullying escolar e avaliação de um programa de intervenção.** Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental [online], n.spe1, pp. 15-20, 2014.

MADUREIRA, A.B. et al. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento.** Esc. Anna Nery [online], vol.18, n.4, pp. 600-606, 2014.

MAIA, A.C.; BARRETO, M. **Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros.** Psicol. estud. [online], vol.17, n.2, pp. 195-204, 2012.

MANDELBAUM, B.; SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P. L. **Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero.** Saude soc, vol. 25, n. 2, p. 422-430, June 2016.

MENDES, C.S. **Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção.** Rev. esc. enferm. USP [online], vol.45, n.3, pp. 581-588, 2011.

MENEGHEL, S. N., HIRAKATA, V. **Femicídios: homicídios femininos no Brasil.** Revista de Saúde Pública, vol.45, n.3, p.564-574, 2011.

MILLER, E. et al. **One-year follow-up of a coach-delivered dating violence prevention program: a cluster randomized controlled trial.** Am J Prev Med. vol.45, n.1, p. 108-12, 2013.

MONTEIRO, C.F.d.S.et al. **A violência contra a mulher atendida em unidade de urgência: uma contribuição da enfermagem.** Esc. Anna Nery [online], vol.10, n.2, pp. 273-279, 2006.

MORAES, A.F.; RIBEIRO, L. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. Sex., Salud Soc. (Rio J.) [online], n.11, pp. 37-58, 2012.

MOREIRA, V. et al. **O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos**. Psicol. Soc. [online], vol.23, n.2, pp. 398-406, 2011.

MURTA, S.G. et al. **Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidade de vida em adolescentes**. Psicol USP, vol.24, n.2, p. 263-88, 2013.

OLIVEIRA, K.L.C.d. GOMES, R. **Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros**. Ciênc. saúde coletiva [online], vol.16, n.5, pp. 2401-2413, 2011.

OLIVEIRA, M.T.et al. **Sub-registro da violência doméstica em adolescentes: a (in)visibilidade na demanda ambulatorial de um serviço de saúde no Recife-PE, Brasil**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. [online], vol.11, n.1, pp. 29-39, 2011.

OLIVEIRA, J. R.et al. **Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década**. Ciênc. saúde coletiva [online], vol.19, n.3, pp. 759-771, 2014.

OLIVEIRA, R. N.G.D. et al. **Preventing violence by intimate partners in adolescence: an integrative review**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, vol.50, n.1, p. 134-143, Feb. 2016.

PENHA, J.C. et al. **Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense**. Rev. bras. enferm. [online], vol.65, n.6, pp. 984-990, 2012.

RICHMOND LS.; PETERSON D.J.; BETTS, S.C. **The evolution of an evaluation: a case study using the tribal participatory research model**. Health Promot Pract. vol.9, n.4, p.368-77, 2008.

SALLES, L.M.F. et al. **Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar**. Psicol. Soc. [online], vol.26, n.1, pp. 148-157, 2014.

SANTOS, A.C.W.; MORE, C.L.O.O. **Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão**. Psicol. cienc. prof. [online], vol.31, n.2, pp. 220-235, 2011.

SCOTT, J.W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, 1995.

SILVA, C.E.d et al. **Violência entre pares: um estudo de caso numa escola pública de Esteio/RS.** Psicol. Esc. Educ. [online], vol.16, n.1, pp. 83-93, 2012.

SOUSA, A.K.A. et al. **Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil.** Cad. saúde colet. [online], vol.21, n.4, pp. 425-431, 2013.

SOUZA, E.R. **Masculinidade e violência no Brasil:** contribuições para a reflexão no campo da saúde. Ciênc Saúde Coletiva. vol.10, p.59-70, 2005.

SCHRAIBER, L.B. et al. **Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde.** Rev. bras. epidemiol. [online], vol.15, n.4, pp. 790-803, 2012.

_____. **A Revista de Saúde Pública na produção bibliográfica sobre Violência e Saúde (1967-2015).** Rev. Saúde Pública, São Paulo, vol. 50, n.63, p.1-10, 2016.

TAYLOR, B.G. et al. **Shifting Boundaries:** an experimental evaluation of a dating violence prevention program in middle schools. Prev Sci.vol.14, n.1, p.64-76, 2013.

THONGPRIWAN, V.; MCELMURRY, B.J. **Thai female adolescents' perceptions of dating violence.** Health Care Women Int. vol.30, n.10, p. 871-91, 2009.

VIODRES INOUE, S.R.; RISTUM, M. **Violência sexual:** caracterização e análise de casos revelados na escola. Estud. psicol. (Campinas) [online], vol.25, n.1, pp. 11-21, 2008.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015:** Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU, 2015.

_____. **Mapa da Violência 2016:** Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU, 2016.